

O CURSO DE INGRESSO E VITALICIAMENTO DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

Melissa Maciel Taveira 1

Introdução

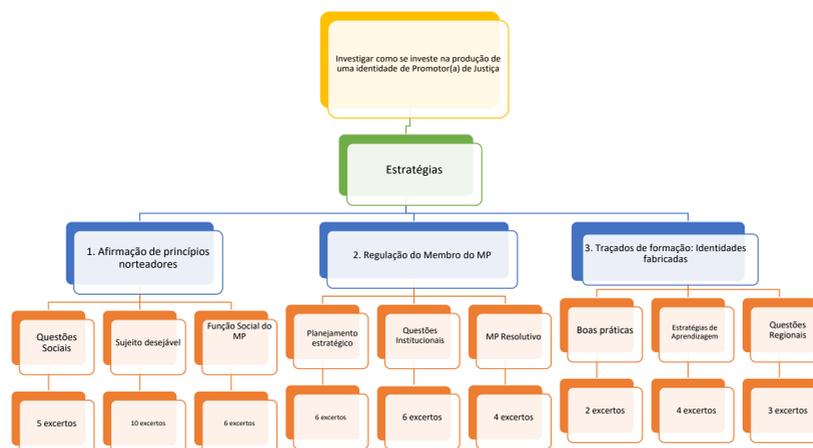
Esta pesquisa situa-se no campo teórico dos Estudos Culturais em Educação e tem como objetivo principal investigar como se investe na produção de uma identidade de Promotor(a) de Justiça, recém-empossado(a), a partir do Curso de Ingresso e Vitaliciamento no Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

Objetivos

a) analisar a estrutura da Proposição n.º 1.00461/2019-18 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que regulamenta o Curso de Ingresso e Vitaliciamento no que diz respeito à estrutura curricular mínima (Artigo 6º), entrelaçando com outros documentos do CNMP, como a Recomendação n.º 52/2017 e a Recomendação de Maceió - Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 01/2018; b) examinar a estrutura curricular do Curso de Ingresso e vitaliciamento do MPAM, atentando para as ênfases temáticas nele ressaltadas; c) identificar e discutir representações identitárias de Promotor(a) de Justiça destacadas na proposta curricular; d) identificar quais atitudes são configuradas como desejáveis para este sujeito que irá assumir as funções de Promotor(a) de Justiça nas proposições do Curso de Vitaliciamento do MPAM, atentando para como essas definem o curso e “pensam” que esse sujeito deva ser, tornar-se e atuar

Método

A base empírica da pesquisa, além do currículo do curso, deu-se a partir da análise de três documentos que orientam a implementação deste modelo de curso de preparação: Proposição n.º 1.00461/2019-18 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Recomendação n.º 52/2017 e a Recomendação de Maceió - Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 01/2018. A metodologia utilizada foi, inicialmente, a análise dos documentos do material empírico (dentro de uma perspectiva qualitativa) através de uma primeira leitura mais ampla dos documentos com o intuito de selecionar as seções que teriam relação com a pesquisa. Esta análise preliminar resultou em uma seleção de 57 páginas de material. Após, passei a selecionar e fazer anotações, identificando excertos dos documentos que tinham relação com minhas questões de pesquisa. Este ponto, que considero já fazer parte da análise do material, resultou na distribuição representada no esquema abaixo:



Resultados/Conclusão

Ao término das análises, percebeu-se um esforço por parte dos órgãos reguladores do curso em ampliar a metodologia para que se vá além do ensino tecnicista da academia e que o Ministério Público (MP) cumpra sua função institucional. Por isso a importância de se estabelecer as diretrizes dos cursos de formação, promovendo a integração dos vitaliciandos, estimulando ações éticas e humanistas. Identificou-se um tema bastante recorrente, que é a atuação do MP para a preservação da ordem jurídica e da democracia, alcançando de forma eficaz a sociedade. O Ministério Público Resolutivo e a preocupação com as questões sociais também são reiterados, sendo vislumbrado diante das constantes transformações que ocorreram na humanidade e que tais mudanças alcançaram a forma de governar, administrar e desempenhar as atividades típicas de Estado para a consecução final da plena efetividade dos direitos fundamentais. Outra questão ressaltada foi a importância da imersão na cultura da região e na vivência, para que o Membro consiga promover a justiça para a qual se propôs.

Principais Referências

- COSTA, Marisa Vorraber; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; BONIN Iara Tatiana. **Contribuições dos estudos culturais às pesquisas sobre currículo – uma revisão**. Currículo sem Fronteiras, v. 16, n. 3, p. 509-541, set./dez. 2016.
- FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. **O Controle Disciplinar da Magistratura e o Perfil Ético do Magistrado**. Porto Alegre, 2014.
- GOULART, Marcelo Pedrosa. **Ministério Público e democracia: teoria e práxis**. São Paulo: Editora de Direito, 1998.
- HALL, Stuart. **Quem precisa de Identidade?** In: Silva Tomaz Tadeu da Silva (Org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-112.
- MACHADO, Antônio Alberto. **Ministério Público: democracia e ensino jurídico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do Ministério Público**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org. e trad.). **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-102.
- _____, Tomaz Tadeu da. MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs.). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Vários autores.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Currículo e Interdisciplinaridade**. In. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papirus, 1997. p. 59-102.
- WORTMANN, M. L. C., Costa, M. V., & Silveira, R. M. H. (2015). **Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em educação no Brasil**. Educação, 38(1), 32-48